

política

Leite calcula R\$ 19 bi do Estado para reconstruir RS

Aporte para prevenção e resiliência climática não foi detalhado

/ CLIMA

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

O governador Eduardo Leite (PSDB) detalhou, em coletiva de imprensa nesta quinta-feira, os recursos necessários para reconstruir o Rio Grande do Sul depois das chuvas e cheias que deixaram mais de 400 municípios afetados, milhares de desabrigados e mais de 100 mortos. De acordo com ele, pelo menos R\$ 19 bilhões do Estado precisam ser despendidos em dois principais pilares de atuação: Assistência, Restabelecimento e Reconstrução, e Prevenção e Resiliência Climática.

Em assistência, que são os recursos destinados para atendimento em saúde, benefício emergencial e estrutura para abrigos, o governo estima que são necessários cerca de R\$ 2,4 bilhões. Quando o assunto é restabelecimento para desobstrução de vias e construção de acessos alternativos, restabelecimento de serviços essenciais e limpeza de casas, por exemplo, o valor total soma R\$ 7,2 bilhões, com destaque de R\$ 1,5 bilhão para manutenção de vias urbanas.

No tópico 'reconstrução' do primeiro pilar são mais R\$ 8,9 bilhões. A reconstrução de pontes, estruturas que sofreram prejuízos parciais ou totais com as chuvas, precisa da maior parte do investimento necessário, com R\$ 3,6 bilhões, já os recursos para moradia somam R\$ 2,9 bilhões. "As pontes não são apenas estruturas de con-



Governador também reforçou necessidade de suspensão da dívida

creto e ferro, são nelas que passam as ambulâncias. É por elas que passam os estudantes e as pessoas que precisam trabalhar", considerou o governador. Ainda, mais R\$ 2,4 bilhões dizem respeito à resposta imediata ao desastre, como reforço das forças de segurança e estrutura de governo emergencial.

O segundo pilar de atuação, de prevenção e resiliência climática, não foi detalhado do ponto de vista de financeiro. "A gente já vinha fazendo alguns investimentos, contratamos serviços de radar meteorológicos e novos equipamentos, mas vamos precisar acelerar esses processos. É sobre ter recurso e não ter amarras fiscais que limitam os nossos movimentos no curto prazo e sobre ter a burocracia aliviada", afirmou Leite.

Estes valores são somente os valores do orçamento do governo do Estado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, divulgou nesta quinta-feira que a União destinará R\$ 50,9 bilhões para o RS.

O governador reforçou o pedido de suspensão da dívida do Estado com a União por um longo período de tempo. Segundo Leite, isso permite mais agilidade na hora de construir pontes e fazer obras de infraestrutura. "Se o governo federal encaminhar a solução sobre a dívida que estamos pedindo, teremos fôlego para dar respostas mais imediatas, é uma solução mais efetiva e ágil."

Isso acontece porque, assim, o governo estadual não precisa enfrentar a burocracia de acesso a recursos da União. "Se a gente tiver que pedir o recurso para o governo federal, duplica a burocracia, porque, além da burocracia estadual, tem de fazer a captação de recursos junto aos ministérios, montar grupos de trabalho, passar pelo Tribunal de Contas da União. É melhor ficar aqui no Estado o recurso que mandamos para a União por conta da dívida. Assim, podemos entregar rapidamente resultados", considerou o governador.

Lula diz para Haddada fazer 'boa negociação' da dívida com Leite

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pediu ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, "se preparar" para fazer uma "boa negociação" com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), sobre a renegociação das dívidas do Estado. Segundo ele, possivelmente, o acordo do tema deve ser anunciado na segunda-feira.

"Na segunda-feira, espero que Haddad se reúna com Leite para fazer acordo sobre dívida", comentou Lula, em evento de anúncio de medidas de assistência do governo federal ao Estado nesta quinta-feira. "Haddad, se prepare porque você terá que fazer boa negociação com o governador."

Minutos antes da fala de Lula, o ministro da Fazenda reiterou que segue conversando com Eduardo Leite para finalizar os detalhes do pacote de ajuda ao Estado, o que deve ocorrer entre esta quinta-feira e a sexta-feira. "São pequenos detalhes formais, não tem a ver com volume de recursos", disse em entrevista coletiva. Haddad afirmou que esses

detalhes formais precisam ser dirimidos na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Tesouro para garantir o melhor atendimento ao Estado.

Nesta quinta-feira, o governo federal apresentou um pacote com medidas para socorrer o Rio Grande do Sul, assolado por chuvas e inundações.

São 12 ações, que vão injetar R\$ 50 bilhões para o Estado, sobretudo em ações de crédito para famílias, empresas e pequenos agricultores.

Segundo o governo, serão beneficiadas, ao menos, 3,5 milhões de pessoas.

Durante o anúncio, Haddad reiterou que o valor dos recursos para o Rio Grande do Sul pode ser revisto, a depender da avaliação do quanto será necessário para reconstruir o Estado.

Ele também disse que esse socorro é uma medida isolada, e que ainda virão outras ações, como as relacionadas à dívida do governo gaúcho.

O impacto desse pacote de ações no resultado primário é de R\$ 7,695 bilhões.



Presidente pediu empenho do ministro da Fazenda em ato no Planalto

Sem previsão de volta às atividades, Câmara da Capital devolverá recursos à prefeitura

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

As enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul não pouparam a Câmara Municipal de Porto Alegre. Debaixo d'água, o Parlamento da capital gaúcha está sem receber atividades desde a última quinta-feira, quando a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da CEEE Equatorial foi cancelada em razão das fortes chuvas.

Desde então, a situação piorou muito nas imediações do número 255 da avenida Loureiro da Silva e a água adentrou as portas da casa

do povo porto-alegrense. Alagada e sem energia elétrica, a Câmara não tem previsão de voltar a funcionar.

"Não há previsão de retorno presencial, pois no entorno da Câmara está cheio d'água. Não tem nem como chegar de carro. Eu até tentei", relatou o presidente do Legislativo, Mauro Pinheiro (PP).

Os vereadores, no entanto, podem realizar sessões extraordinárias de forma remota, através da plataforma Zoom, caso haja necessidade. "Se o prefeito (Sebastião Melo, MDB) demandar, estamos prontos para entrar em ação", declarou o diretor legislativo do Parla-

mento, Luiz Afonso Peres.

Apenas um pedido de Melo faria o presidente da casa convocar uma sessão extraordinária. "Preparamos e conseguimos retomar nosso sistema online. (A Câmara) está preparada. Se precisar fazer sessão online, faremos. Mas só vamos abrir pauta se tiver projeto do Executivo relacionado à calamidade para votar. Não vamos abrir para discursar. Os vereadores são líderes de comunidade e têm que estar envolvidos na prática, e não na teoria. Precisamos salvar vidas. Pelo que vejo, a maioria está envolvida", disse Pinheiro.

Um tema que pode ser latente aos vereadores é a devolução das emendas impositivas do Parlamento ao Executivo municipal. Criadas em 2019, as emendas impositivas são recursos de execução obrigatória por parte do prefeito, à escolha dos vereadores. De acordo com o Orçamento aprovado para 2024, cada parlamentar tem a sua disposição R\$ 1,57 milhão em emendas. Com 36 vereadores, o valor total das emendas é de R\$ 56,52 milhões.

"Não sei exatamente como vamos fazer. Não ficou claro. Não sei quantas emendas foram pagas de

2023 para 2024 e as de 2024 para 2025 não entraram ainda. Talvez haja a necessidade de fazer uma retificação no Orçamento", descreveu Pinheiro.

Neste caso, o presidente convocaria uma sessão extraordinária. Existe a possibilidade do movimento poder ser feito via decreto, visto que é uma devolução de recursos de um Poder a outro. Se for preciso realizar uma sessão, Pinheiro não vê dificuldade de aprovar a proposta, visto que a possibilidade foi debatida em uma reunião entre Melo e mais de 20 vereadores na manhã de quarta-feira.